

[12/07/2010 - Quatro Estados brasileiros não têm órgãos especiais para julgar casos de violência doméstica \(R7\)](#)

(R7 Notícias) Santa Catarina, Paraíba, Rondônia e Sergipe ainda não possuem juizados especializados para tratar de casos de violência doméstica e intrafamiliar. Criados pela Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), esses órgãos têm o objetivo de facilitar e agilizar os julgamentos desses casos.

Segundo a Agência CNJ de Notícias, até março deste ano, havia 43 juizados especializados em violência contra a mulher, sendo que alguns estados têm mais de um juizado. O Rio de Janeiro, por exemplo, têm seis unidades. Piauí, Tocantins e Roraima implementaram os órgãos especiais apenas em 2010.

Hoje, há 46 juizados especializados em funcionamento no país, com cerca de 195 mil processos referentes à violência doméstica e familiar contra a mulher.

Procurada pela reportagem, a presidente da Comissão de Acesso à Justiça e Cidadania do CNJ, Morgana Richa, informa que a previsão é que todos os Estados tenham juizados até o final deste ano. Segundo a conselheira, Santa Catarina, Paraíba e Rondônia estão preparando cronograma para criar as unidades até o final do ano.

“Em Rondônia, há a previsão de aprovação de uma lei nos próximos dias para autorizar a criação do Juizado”, diz Morgana Richa.

Acesse na íntegra: [Quatro Estados brasileiros não têm órgãos especiais para julgar casos de violência doméstica \(R7 Notícias - 12/07/2010\)](#)

Leia também:

[21/05/2010 - Somente 130 cidades têm abrigo para mulheres vítimas de violência \(UOL\)](#)

[14/05/2010 - Apenas 7% das cidades têm delegacia da mulher \(Correio\)](#)

[11/07/2010 - O medo de ser “Notícias Populares”, por Suzana Singer, ombudsman \(Folha\)](#)

(Folha de S.Paulo) Em sua coluna semanal, a ombudsman Suzana Singer, critica o jornal sobre sua cobertura no caso da modelo Eliza Samudio:

“Falta ao jornal criatividade para achar o que tirar de um caso como o de Bruno, além dos detalhes sórdidos”

“O enredo, de fazer corar Stephen King, não sensibilizou suficientemente a **Folha**. O jornal entrou sem ânimo no caso -relatado primeiro pelo “O Dia”, em 26 de junho-, não deu furos (informações exclusivas), publicou textos de pouca qualidade e não investiu em diferenciais.”

“Casos policiais são há muito tempo uma pedra no sapato dos jornais considerados de prestígio. Mesmo depois da rua Cuba, Daniela Perez, Suzane von Richthofen e Isabella Nardoni, persiste um medo atávico de se confundir com os jornais populares, do tipo ‘espreme sai sangue’.”

“O argumento contra manchetar crimes é que eles têm alcance limitado, são histórias trágicas, mas sem repercussão social. Só um exemplo contra essa tese: a morte de Daniela Perez gerou debate sobre penas que levou a mudança de legislação. Outro medo constante -este justificável- é o de se confundir com as coberturas intensivas e condenatórias feitas por muitas televisões.”

“A cobertura policial é um dos calcanhares de Aquiles do jornal. Faltam bons jornalistas na área -só ontem, 14 dias depois que o escândalo surgiu, uma repórter especial entrou na história. Não se gasta tempo transformando relatos de delegados em tramas que deem vontade de ler. Não se usa a criatividade para descobrir o que dá para tirar de um caso como o de Bruno e Eliza, para além dos detalhes sórdidos.”

Leia este texto na íntegra: [O medo de ser “Notícias Populares”, por Suzana Singer, ombudsman \(Folha de S.Paulo - 11/07/2010\)](#)

11/07/2010 - A “conjunção carnal” do delegado de SC, por Elio Gaspari (Folha)

(Folha de S.Paulo) Sobre o caso da menina de 13 anos estuprada por dois garotos em Santa Catarina, o jornalista Elio Gaspari critica a declaração do delegado Nivaldo Rodrigues, diretor da Polícia Civil de Florianópolis, que declarou em entrevista que não poderia afirmar que houve estupro, mas somente “cojunção carnal”. Leia o texto do colunista:

“Reapareceu a teoria segundo a qual não existe estupro, existem mulheres mal comportadas

NO DIA 14 DE MAIO, uma garota de 13 anos encontrou-se com um amigo num shopping de Florianópolis e foi ao seu apartamento, onde vive com a mãe e o padrasto. Ele tem 14 anos e é filho de Sérgio Sirotsky, diretor do Grupo RBS de comunicação em Santa Catarina. A empresa, pertencente à sua família, controla 46 emissoras de televisão e rádio e oito jornais diários no Sul do país.

O que aconteceu no apartamento do garoto não se sabe com precisão, pois o inquérito policial e o processo correm em segredo de Justiça. Durante a investigação, quem devia preservar o sigilo permitiu que ele vazasse.

A jovem contou em seu depoimento que foi estuprada por um ou dois rapazes, ambos menores. Além do dono do apartamento, denunciou o filho de um delegado. Medicada num hospital, deu queixa à polícia e submeteu-se a um exame de corpo de delito. Nos últimos dez dias, o caso explodiu na internet.

A família Sirotsky publicou um comunicado informando a ocorrência do “lamentável episódio”, lembrando que “confia integralmente nas autoridades policiais”.

Para que se possa confiar mais nessas autoridades, o secretário de Segurança de Santa Catarina deve exonerar o delegado Nivaldo Rodrigues, diretor da Polícia Civil de Florianópolis. Numa entrevista gravada, ele disse o seguinte:

“Eu não posso dizer que houve estupro. Houve conjunção carnal. Houve o ato. Agora, se foi consentido ou não, se foi na marra, ou não, eu não posso fazer esse comentário, porque eu não estava presente”.

A declaração do delegado é uma repetição da profecia das operetas que começam investigando casos de estupro e terminam desgraçando quem os denuncia.

Noutra entrevista, com o inquérito concluído, o doutor informou que “o caso investigado é de estupro”, mas ao especular (indevidamente) sobre a motivação do ocorrido informou: “Amizade, se encontraram, resolveram fazer uma festa. Se foi na marra, não sei”.

Falta o delegado definir “marra”. É crime manter relações sexuais com menores. Se isso fosse pouco, segundo a denúncia, podem ter sido dois os rapazes que usufruíram a “conjunção carnal”. Se o delegado não podia dizer se o ato foi “consentido ou não”, devia ter ficado calado. Afirmar que não pode opinar porque “eu não estava presente” beira o deboche.

Existe uma razoável literatura sobre estupros de grupo. Em geral, ocorrem quando a vítima está alcoolizada ou drogada, o que torna despicienda a questão do consentimento.

Se o doutor Nivaldo sair virgem do episódio, os catarinenses perderão um pouco de sua segurança, triunfarão as teorias conspirativas sobre a impunidade do andar de cima e prevalecerá uma racionalização do crime: não há estupros, há mulheres que não sabem se comportar. (Exceção feita às mães dos defensores dessa doutrina, e que Santa Maria Goretti proteja suas filhas.)”

Leia também:

[Chefe de polícia minimiza estupro e é exonerado \(O Globo - 13/07/2010\)](#)

11/07/2010 - Patrocinem atletas, não delinquentes, por Elio Gaspari (Folha)

(Folha de S.Paulo) A propósito das denúncias contra o ex-goleiro do Flamengo no caso do assassinato da modelo Eliza Samudio, o jornalista Elio Gaspari critica a falta de atenção dos patrocinadores em relação ao comportamento de atletas apoiados por suas marcas. Leia o texto na íntegra:

“PATROCINEM ATLETAS, NÃO DELINQUENTES

Se em março passado o Flamengo e os patrocinadores de Adriano e Vagner Love tivessem exemplado os dois atletas por manterem relações perigosas com a bandidagem do Rio de Janeiro, talvez o goleiro Bruno tivesse percebido que jogador de futebol não tem carta de impunidade.

Eliza Samudio, mãe do filho do goleiro, foi assassinada em junho.

Se os patrocinadores de atletas que tangenciam a marginalidade incluírem nos seus contratos cláusulas rescisórias em casos de comportamento antissocial, todo mundo ganha, inclusive suas marcas.

A grife de equipamentos esportivos Olympikus manteve sua imagem associada à de Bruno até o dia em que ele se entregou à polícia.

Os uniformes do goleiro estampavam também a marca da indústria de alimentos Batavo, que vende produtos para crianças.”

Leia também:

[A “conjunção carnal” do delegado de SC, por Elio Gaspari \(Folha de S.Paulo - 11/07/2010\)](#)

11/07/2010 - Caso Eliza: ministra critica Justiça e imprensa (Agência Brasil)

(Agência Brasil) A ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, criticou o fato de a Justiça não ter oferecido proteção à modelo Eliza Samudio, com base na Lei Maria da Penha.

“Não é bastante termos mais delegacias e juizados se as pessoas que lá trabalham não estiverem capacitadas”, destacou. Ela acrescentou que “muitos crimes têm acontecido porque os agentes públicos que atendem as mulheres subestimam aquilo que elas falam, acham que é apenas mais uma briga, desqualificam a vítima”.

A declaração da ministra ocorreu após sua participação na abertura do Fórum de Organizações Feministas para a Articulação do Movimento de Mulheres Latino-Americanas e Caribenhas, em Brasília. **A crítica de Nilcéa estendeu-se também à imprensa: “Quando surgem casos, principalmente com pessoas famosas, que chegam aos jornais, é que a sociedade efetivamente se dá conta de que aquilo acontece cotidianamente e não sai nos jornais. As mulheres são violentadas, são subjugadas cotidianamente pela desigualdade”, disse a ministra.**

Ainda sobre o caso de Eliza Samudio, a ministra declarou: “Eliza morreu porque contrariou um homem que achou que lhe deveria impor um castigo. Ela morreu como morrem tantas outras quando rompem relacionamentos violentos”.

Acesse a íntegra: [Violência contra as mulheres é diária, diz ministra \(Agência Brasil - 11/07/2010\)](#)

Leia também:

[11/07/2010 - O medo de ser “Notícias Populares”, por Suzana Singer, ombudsman \(Folha de S.Paulo\)](#)

[10/07/2010 - Em depoimento, primo de Bruno afirma que viu Eliza ser sufocada \(Folha\)](#)

(Folha de S.Paulo) O jornal publicou na íntegra o depoimento dado pelo adolescente J., uma das principais testemunhas do sequestro e assassinato da modelo Eliza Samudio, desaparecida desde o início de junho e que teria sido assassinada a mando de seu ex-namorado, o ex-goleiro do Flamengo, Bruno Fernandes.

A seguir alguns dos destaques da matéria da Folha:

Neném pegou Eliza, amarrou seus braços com uma corda [...] ; todos saíram e Sergio estava carregando o filho de Eliza [...]; logo depois, Neném passou carregando um saco e seguia em direção de um canil

No dia seguinte, seu primo Bruno, goleiro, chegou de táxi ao sítio, pois havia viajado de avião para BH; [...] ficou surpreso quando viu Eliza assistindo televisão na sala de seu sítio e disse: “o que está acontecendo?”

Chegaram no sítio e encontraram a namorada do goleiro Bruno chamada Dayane; [...] Sergio entregou a criança para Dayane; [...] Sergio disse a Dayane que haviam deixado Eliza em um apartamento [...] em BH

Leia a seguir a íntegra do depoimento de J., primo do goleiro Bruno:

[Em depoimento, primo de Bruno afirma que viu Eliza ser sufocada \(Folha de S.Paulo -](#)

[10/07/2010](#))

Leia também:

[03/07/2010 - Delegada pediu à Justiça proteção para ex do goleiro Bruno \(Folha.com\)](#)

[**09/07/2010 - Marina Silva defende política para enfrentamento da violência contra as mulheres \(Folha.com\)**](#)

(Folha.com) Em visita ao morro dos Prazeres, no Rio de Janeiro, a candidata a presidente Marina Silva (PV) defendeu a implementação de políticas específicas para o enfrentamento à violência contra a mulher.

Na ocasião, o candidato do PV ao governo do Rio, Fernando Gabeira, criticou a demora na realização do exame de urina de Eliza Samudio após ela ter denunciado o goleiro Bruno Fernandes de tê-la forçado a ingerir substâncias abortivas, em outubro do ano passado. “Se nós tivéssemos feito o exame de urina da Eliza antes, muito possivelmente esse assassinato que aparentemente o Bruno cometeu com seus amigos teria sido evitado”, disse Gabeira, que destacou a gravidade do problema da violência contra a mulher, que deve ser combatido com uma mudança de postura da polícia.

“É preciso fazer um grande trabalho com a polícia para mostrar que briga de homem e mulher é uma briga em que se deve intervir, ao contrário do que a cultura diz. O segundo ponto é perceber que a mulher que foi espancada uma vez é uma vítima em potencial de assassinato e dar a ela proteção”, disse o candidato.

Para a candidata Marina Silva é preciso dar às mulheres meios para que se tornem mais independentes financeiramente, criando oportunidades de trabalho e aumentando a oferta de vagas em creches para que elas tenham com quem deixar os filhos. “A falta de independência financeira e às vezes a até a dependência emocional das mulheres fazem com que elas se sintam fragilizadas para enfrentar seus agressores”, declarou a senadora, que defendeu a criação de locais de acolhimento para as vítimas de violência e punição dos agressores.

Leia essa reportagem: [Marina defende política para enfrentamento da violência contra as mulheres \(Folha.com - 09/07/2010\)](#)

[04/07/2010 - Novela sem final feliz, por Cristina Grillo \(Folha\)](#)

(Folha de S.Paulo) Na página de Opinião da Folha, a jornalista Cristina Grillo critica as dificuldades enfrentadas por qualquer cidadão para fazer valer seus direitos e ver cumprida a justiça diante da lentidão e ineficiência dos inquéritos policiais no país.

Para escrever sua crítica, a jornalista recorre ao [caso real de Eliza Samudio](#), modelo que está desaparecida há quase um mês e que em outubro registrou queixa de agressão contra o goleiro Bruno Fernandes, do Flamengo.

“Uma história hipotética: a moça grávida chega à delegacia, diz que foi agredida e mantida em cárcere privado pelo namorado. Conta que foi obrigada a tomar um abortivo e ameaçada de morte caso procurasse a polícia. Chora, mostra as marcas de agressão e pede ajuda. A delegada manda a vítima para o IML. Quer exames de corpo de delito e de urina, para saber se houve mesmo agressão e tentativa de aborto. Invoca a Lei Maria da Penha, criada para proteger mulheres vítimas de violência, para que a moça receba proteção. Aqui começa mais um capítulo da novela dos inquéritos brasileiros. **Oito meses e meio depois, o acusado não foi ouvido, a delegada foi transferida e o exame de urina não está pronto -o IML defende-se sob o argumento de que ninguém pediu urgência nos resultados.**”

“Em seu recém-lançado livro “O Inquérito Policial no Brasil: uma pesquisa empírica” (ed. Booklink), o sociólogo Michel Misse explicita, em números, as dificuldades para que o registro feito em uma delegacia chegue aos tribunais. Analisando os casos de homicídios dolosos em cinco capitais, concluiu que apenas 16% se transformam em processos judiciais. No Rio, menos ainda: só 11%. Estamos falando de homicídio, o mais grave dos crimes, aquele que pune seus autores com as maiores penas.”

Quais as perspectivas da personagem de nossa história hipotética ver aquele a quem acusa de agressão ser punido? Pouquíssimas. E quais as probabilidades do incriminado ter chance de provar na Justiça que as acusações, quem sabe, são falsas? Mínimas.”

Acesse em pdf: [Novela sem final feliz, por Cristina Grillo \(Folha de S.Paulo - 04/07/2010\)](#)

[04/07/2010 - Dez mulheres são mortas por dia no País \(Estadão\)](#)

(O Estado de S. Paulo) **Em dez anos, dez mulheres foram assassinadas por dia no Brasil, média que fica acima do padrão internacional. A motivação geralmente é passional.** Estes são alguns dos resultados do estudo intitulado Mapa da Violência no Brasil 2010, realizado pelo Instituto

Sangari, com base no banco de dados do Sistema Único de Saúde (DataSUS).

“Entre 1997 e 2007, 41.532 mulheres morreram vítimas de homicídio – índice de 4,2 assassinadas por 100 mil habitantes. Elas morrem em número e proporção bem mais baixos do que os homens (92% das vítimas), mas o nível de assassinato feminino no Brasil fica acima do padrão internacional”, diz a reportagem publicado por O Estado de S. Paulo.

Os números mostram que as taxas de assassinatos femininos no Brasil são mais altas do que as da maioria dos países europeus, cujos índices não ultrapassam 0,5 caso por 100 mil habitantes, mas ficam abaixo de nações que lideram a lista, como África do Sul (25 por 100 mil habitantes) e Colômbia (7,8 por 100 mil).

“Quanto mais machista a cultura local, maior tende a ser a violência contra a mulher”, afirmou a psicóloga Paula Licursi Prates, doutoranda na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, que realiza estudos sobre homens autores de violência.

A matéria comenta que “ainda são raros os estudos de casos que analisam as motivações de assassinos que matam mulheres. De maneira geral, homens se matam por temas urbanos como tráfico de drogas e desordem territorial e os crimes ocorrem principalmente nas grandes cidades. Mulheres são mortas por questões domésticas em municípios de diferentes portes”.

“No caso das mulheres, os assassinos são atuais ou antigos maridos, namorados ou companheiros, inconformados em perder o domínio sobre uma relação que acreditam ter o direito de controlar”, explica Wânia Pasinato, pesquisadora do Núcleo de Estudo da Violência da USP.

“Em um estudo das motivações de 23 assassinatos contra mulheres ocorridos nos cinco primeiros meses deste ano e investigados pelo Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa de São Paulo (DHPP), em 25% dos casos o motivo foi qualificado como torpe. São casos como negativas de fazer sexo ou de manter a relação. Em 50% das ocorrências, o motivo foi qualificado como fútil, como casos de discussões domésticas. Houve 10% de mortes por motivos passionais, ligados a ciúmes, por exemplo, e 10% relacionado ao uso ou à venda de drogas.”

Veja a matéria na íntegra: [Dez mulheres são mortas por dia no País \(O Estado de S. Paulo - 04/07/2010\)](#)

Acesse o estudo em pdf: [Mapa da Violência 2010 - Instituto Sangari](#)
[Análise sobre homicídios de mulheres no Brasil - 2003 a 2007 \(Mapa da Violência 2010 - Instituto Sangari\)](#)

Indicação de fontes:

Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha) - coordenadora do Programa de Promotoras Legais Populares

União de Mulheres de São Paulo

<http://www.promotoraslegaispopulares.org.br/>

São Paulo/SP

(11) 3106-2367 / 9601-4800 - amelinhateles@globocom

Fala sobre: direitos das mulheres; violência doméstica

Wagner Figueiredo - médico e pesquisador

Departamento de Medicina Preventiva / Centro de Saúde Butantã da Faculdade de Medicina da USP

São Paulo/SP

(11) 3066-7444 (medprev) / 9456-7419 - wagfig@usp.br

Fala sobre: homens agressores

Wania Pasinato - socióloga e pesquisadora do NEV/USP

[Núcleo de Estudos da Violência da USP](#)

São Paulo/SP

(11) 3091-4951 / 9263-8365 - waniapasinato@uol.com.br

Fala sobre: violência

[03/07/2010 - Delegada pediu à Justiça proteção para ex do goleiro Bruno \(Folha.com\)](#)

(Folha.com) A delegada que em outubro registrou a queixa de agressão da modelo Eliza Samúdio contra o goleiro do Flamengo Bruno Fernandes pediu à Justiça na época medidas de proteção para a ex-namorada do jogador. Essas medidas protetivas estão previstas na Lei Maria da Penha, que coíbe a violência contra as mulheres. Contudo, oito meses depois da solicitação, nenhuma medida havia sido tomada.

Eliza desapareceu no início de junho. Segundo a polícia, Bruno é o principal suspeito de envolvimento no sumiço da ex-namorada.

A delegada Maria Aparecida Mallet, responsável pela Deam (Delegacia de Atendimento à Mulher) de Jacarepaguá (RJ) afirmou ter encaminhado pedido à Justiça para que Bruno fosse obrigado a ficar afastado de Eliza, que estava grávida.

Em sua denúncia, Eliza disse ter sido agredida e forçada a tomar um medicamento supostamente abortivo para não ter o bebê, que seria do goleiro. Dez dias após o registro da queixa, a delegada foi transferida da Deam e deixou o caso. No período em que cuidou do caso, diz ter tentado ouvir Bruno por duas vezes, mas ele não compareceu à delegacia.

Segundo apurou a reportagem da Folha, o pedido de medidas protetivas teria sido encaminhado à 1ª Vara Criminal do Rio em outubro. Em novembro, foi remetido ao Ministério Público. A última movimentação foi em fevereiro.

O promotor de Justiça do caso, Alexandre Murilo Graça, declarou desconhecer se a Justiça determinou proteção. "Sinceramente, não sei porque ainda não li. Acho que não tem nenhuma medida deferida ali. Não vou ler isso agora", afirmou o promotor, que disse ter recebido no dia 1º de julho o inquérito da delegacia e que aguarda o laudo que comprovaria a presença de

substância abortiva na urina de Eliza. O exame só foi concluído na semana passada. O IML diz que não houve pedido de urgência. Mallet, que requisitou o exame, disse que o laudo por si só é um pedido urgente.

Acesse a reportagem: [Delegada pediu à Justiça proteção para ex do goleiro Bruno \(Folha.com - 03/07/2010\)](#)